



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2019

Ano 44 – Nº 237

Foto: Douglas Mansur



**“Irmã Alberta, rogai
pela CPT, pelo MST, por
este nosso Brasil, neste
momento de trevas!”**

Pág.: 4

Foto: Andressa Zumpano



*Brumadinho: Centenas de
mortes e rios contaminados
em mais um crime da Vale*

Pág.: 5

EDITORIAL

2019, um ano que começa assustador

2018 foi um ano difícil para os movimentos populares e para os que lutam por um mundo mais fraterno e justo. Foi um ano dominado pelo ódio e pela disseminação avassaladora de mentiras e ataques sórdidos a quem pensa diferente. Um ano em que se usou e abusou do nome de Deus e que se tentou ocultar os projetos mais tacanhos e mesquinhos sob o nome da Verdade.

Um ano totalmente perdido para a Reforma Agrária, como diz o Balanço da Questão Agrária da CPT Nordeste 2. Se 2018 foi esse ano difícil, 2019 pode-se dizer que começou assustador. Assustador por várias razões, entre as quais pelas tragédias.

A maior e mais impactante foi a do rompimento da Barragem de rejeitos da mineradora Vale, em Brumadinho, MG, que ceifou mais de 300 vidas humanas, além da destruição ambiental e dos meios de vida das famílias das proximidades. Outra tragédia foi a do incêndio de um centro de treinamento do Flamengo, no Rio de Janeiro, que interrompeu sonhos de 10 garotos entre 14 e 17 anos. Tragédias decorrentes da incúria das empresas e do poder público.

Outras tragédias aconteceram em diversos estados do Brasil, por alagamentos e deslizamentos em decorrência de fortes chuvas. Sem contar com a violência assassina que fez uma primeira vítima fatal, em Colniza, MT, onde em 2017 houve um massacre de nove trabalhadores.

Mais pode-se afirmar que a tragédia maior são as primeiras ações do novo governo da República, pois suas decisões afetam todo o país e tem um efeito duradouro que só a história poderá registrar os estragos que provocará.

Esta tragédia pode-se medir:

1. Pelo fato de colocar nas mãos dos mais declarados inimigos das lutas dos indígenas, dos quilombolas, dos sem terra, a identificação e reconhecimento e demarcação das terras indígenas, de quilombolas e de outras comunidades tradicionais, fortalecendo a ministra da agricultura, uma das lideranças da bancada ruralista no Congresso. A raposa vai tomar conta do galinheiro é a mensagem que o governo envia.

2. Por entregar nas mãos de militares o comando de boa parte dos órgãos públicos. Nem nos governos militares, tantos militares ocuparam tantos postos no governo.

3. Por colocar como sua primeira prioridade facilitar o acesso às armas, colocando as bases de um aumento exponencial da violência e das mortes. E os projetos que, de certa forma, dão carta branca à polícia para matar.

4. Pela qualidade das figuras escolhidas para ocupar ministérios que envergonham nossa nação no conjunto das nações e que fazem enrubescer qualquer cidadão minimamente bem informado.

Apesar de tudo não é possível deter a esperança. O primeiro encontro das juventudes do Cerrado deu início a uma articulação das e dos jovens que vivem no bioma, que tem como objetivo criar uma grande rede de formação e proteção do Cerrado, seus povos originários e tradicionais e comunidades camponesas. “Nós somos o presente e o futuro dos povos do Cerrado e é a manutenção dos nossos modos de vida que será capaz de garantir a conservação das nossas riquezas naturais”, disseram os jovens.

A esperança se renova quando encontramos lutadoras como Irmã Alberta Girardi, falecida no dia 30 de dezembro, aos 97 anos, mas que até o fim manteve seu espírito de fé e luta por um mundo novo. E quando vemos vitoriosa a luta de quilombolas de Santa Fé, em Costa Marques (RO), que tiveram reconhecido seu direito sobre o território que há séculos ocupavam.

Seguir em frente de mãos dadas e com o olhar fito no horizonte é o nosso desafio. Boa leitura!



“Caminhos de Vida, Caminhos do Reino”



Realização da Equipe da CPT – Região Guajará, no Pará, a publicação “Caminhos de Vida, Caminhos do Reino” conta a trajetória de Padre Sergio Tonetto na atenção aos empobrecidos da terra e das águas. História que se cruza aos conflitos do latifúndio Moju, criado com a abertura da rodovia PA-150. O missionário teve a luta, junto aos lavradores pelo reconhecimento do direito à terra, como um dos eixos das atividades que exerceu.

“Leitura Militante da Bíblia”

Desde a edição 199, de janeiro a março de 2010, o jornal Pastoral da Terra, em todas suas edições, tem reproduzido as reflexões de Sandro Gallazzi sobre a Bíblia, sempre na página 14. Os textos publicados eram do livro “Por uma Terra sem mar, sem templo, sem lágrimas – Introdução a uma leitura militante da Bíblia”, publicado pela Editora Vozes, em 1999. No final do ano passado, o Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ) e o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) publicaram uma edição atualizada desta obra, que Sandro julga ter sido o que de melhor conseguiu produzir. Esta nova edição traz como título “Leitura Militante da Bíblia”. Como pudemos acompanhar durante estes anos na Página Bíblica, Sandro vai a fundo nos textos, reconhecendo e identificando na caminhada do Povo de Deus, os elementos básicos e fundantes da fé do povo, separando-os dos elementos que tentaram deturpar o sentido puro e original da mensagem divina que os profetas e, sobretudo Jesus, denunciaram e que levaram à condenação de Jesus pelo Templo e seus servidores. “Leitura Militante da Bíblia” é uma leitura indispensável para agentes pastoraes, missionários, militantes da causa da justiça que buscam inspiração e força na Palavra de Deus, para um caminho novo na construção de um mundo mais justo e humano. O livro pode ser adquirido na loja virtual do Instituto Cultural Padre Josimo: padrejosimo.com.br/loja/produto/leitura-militante-da-biblia/



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares



Em celebração ao 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e por ocasião da Estratégia dos Direitos Humanos para o Brasil bem como em comemoração do Roteiro-país da União Europeia com a sociedade civil, a Delegação da União Europeia no Brasil concedeu à Comissão Pastoral da Terra – equipe de Marabá (PA), o “Prêmio Direitos Humanos da União Europeia”.

O objetivo da premiação foi de “reconhecer, incentivar e dar visibilidade a um projeto emblemático em andamento, realizado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC)

CPT Marabá recebe prêmio de Direitos Humanos da União Europeia



Prêmio

Direitos Humanos da União Europeia



brasileira, com foco na divulgação, promoção, defesa e proteção efetiva dos Direitos Humanos no Brasil, no espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948”, conforme observou a finalidade do prêmio.

Realizada em Brasília, no iní-

cio de dezembro do último ano, a cerimônia de entrega do Prêmio teve como júri o Embaixador da União Europeia no Brasil, representantes das Nações Unidas no Brasil e embaixadores dos Estados Mem-
bros da União Europeia no Brasil.

Funai confirma denúncias de invasão de terras indígenas em Rondônia

O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklimberg de Freitas, esteve em Rondônia para verificar denúncias de que posseiros e madeireiros estão invadindo terras indígenas e fazendo ameaças.

Foto: Heloisa Darcanchi - Funai



A missão foi feita a pedido da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. O subsecretário de Promoção da Igualdade Racial da pasta, Ezequiel Roque, acompanhou Franklinberg. Na quarta-feira, 30 de janeiro, eles sobrevoaram as Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna. O ex-presidente da

Funai informou que foi possível confirmar uma grande quantidade de invasões.

Ele explicou aos povos da região que o governo federal não incentivava a invasão a terras indígenas. “Segundo levantado em algumas dessas terras indígenas, alguns desses invasores alegam que o gover-

no federal esteja incentivando essas invasões quando, na realidade, isso não é verdade. O governo não está incentivando que sejam invadidas as terras indígenas. Justamente nós viemos aqui no estado de Rondônia, realizamos uma reunião com o governador e órgãos de segurança pública para o planejamento de operações que venham se contrapor a esse tipo de atividade que vem ocorrendo em algumas áreas.”

A reunião ocorreu na terça-feira, 29 de janeiro, com a participação de lideranças indígenas, do governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha, e representantes de diversos órgãos como Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF). O grupo discutiu estratégias e operações conjuntas. Os indígenas reivindicaram ação imediata do Estado brasileiro e relataram dificuldades de circular pela área e de receber atendimento médico, devido a ameaças que estariam recebendo. O MPF informou que já repassou as denúncias ao Ministério da Justiça para adoção de providências, como o envio da Força Nacional à região. (*Radioagência Nacional*)

MPF pede reforço policial para a Terra Indígena Awá-Guajá

O território indígena foi demarcado em 2005 e abrange áreas de cinco municípios do oeste maranhense.

O requerimento à Justiça Federal, em caráter de urgência, pede o deslocamento imediato da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal para a região, a fim de evitar possível invasão por não índios. O MPF quer, ainda, a permanência da força policial na localidade enquanto durar a ameaça de reocupação da área indígena. Os Awá-Guajá denunciam que antigos moradores, retirados da região em 2014, têm organizado encontros para voltar a ocupar o local. Gilderlan Rodrigues, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Maranhão, disse que fazendeiros estão colocando gado dentro da terra indígena.

O secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, Francisco Gonçalves, afirma que o governo estadual comunicou a gravidade da situação e pediu providências ao governo federal. Para o secretário, a ação ocorre no momento em que o governo federal decidiu mudar a política indigenista.

O Cimi também denuncia a invasão de madeireiros e o loteamento de outra terra indígena no sul maranhense, conforme explica Gilderlan Rodrigues. No início de janeiro, parte das atribuições da Funai foi transferida para o Ministério da Agricultura, entre elas a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas. (*Radioagência Nacional*)

MEMÓRIA

Aos 97 anos nos deixou irmã Alberta Girardi, a incansável lutadora do povo!

A baixa estatura e o corpo franzino abrigavam um imenso coração e a coragem que poucas lutadoras e lutadores conseguem manter por toda uma vida. Irmã Alberta Girardi nos deixou no dia 30 de dezembro de 2018, aos 97 anos, vividos em comunhão com a luta dos povos e dos mais pobres.

CRISTIANE PASSOS*

Nascida na Itália em 1921, Dina Girardi se tornou Irmã Alberta, uma das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade que chegaram ao Brasil em janeiro de 1970 e que, desde então, seguiram o preceito de “desenvolver um amplo apostolado com os mais pobres de nossa sociedade em amor à Jesus”, como consta na missão das Orionitas. Ao tornar-se freira, a intenção de Irmã Alberta era ir para o continente africano. Um bispo de Roma, porém, dissera-lhe que não haviam freiras na Somália, país criado em 1960 a partir das colônias inglesa e italiana nessa região do Chifre da África. A Congregação de Don Orione, a qual pertencia, só lhe permitia ser missionária em países que já contassem com freiras da congregação. Assim, em 1971, Irmã Alberta é enviada ao Brasil, sob plena ditadura militar. Seu primeiro contato com a realidade do país é com os conflitos agrários. Ela foi enviada à região do Bico do Papagaio, e trabalhou nos municípios de Araguaína e Tocantópolis, onde denunciou a expulsão e assassinato de posseiros por parte das forças da ditadura, em favor da expansão do agronegócio na região.

Após quatro anos da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1979, Irmã Alberta entra para a organização e trabalha junto com o padre Josimo Moraes Tavares, a quem admirava, em suas palavras, por seu amor aos pobres. Em 1986, o sacerdote foi assassinado na sede da CPT em Imperatriz (MA), a mando de fazendeiros. No mesmo dia, a religiosa teve que abandonar a região, pois também havia sido ameaçada de morte. Ela se refugiou em Curalinho, no estado do Pará, onde ficou por nove anos.

Em 1997, irmã Alberta se instala na capital paulista e começa a trabalhar com a Fraternidade Povo de Rua, fazendo visitas a moradores em situação de rua. Junto ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à CPT, ela



Foto: Douglas Mansur

e seu grupo convidavam os desabrigados a trabalhar na luta pela terra. Ela costumava contar que após o diálogo com eles entregava um bilhete: “Se quiser recu-

perar um futuro, venha conosco para o campo!”.

Tio Mauro é um dos moradores de rua que recebeu um desses bilhetes.

Homenagens

Irmã Alberta recebeu diversos reconhecimentos por sua trajetória de luta e entrega, ela é doutora *honoris causa* pelo Instituto de Estudos Superiores de São Paulo (ITESP), foi homenageada no Dia Internacional das Mulheres na Câmara Municipal de São Paulo em 2015, e recebeu o prêmio “Luta pela Terra”, também em 2015. Uma das principais homenagens foi dada pelo MST. O Assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, no quilômetro 27 da Rodovia Anhanguera, São Paulo, foi batizado em reconhecimento da sua luta junto aos sem-terra.

Em Nota, a Diretoria e Coordenação Nacional da CPT destacou que “mesmo com idade avançada, Irmã Alberta estava sempre firme e atuante ao lado dos sem-terra, do povo de rua, das crianças. Nesta luta permaneceu enquanto as condições físicas lhe per-

mitiram. Irmã Alberta encarnou profundamente em sua vida a renovação implantada pelo Concílio Vaticano II e se inseriu totalmente na vida dos pobres e excluídos, como pedia a Conferência de Medellín, sempre fiel aos ensinamentos e prática de Jesus. A Diretoria e Coordenação Nacional da CPT sentem que toda a CPT tem uma intercessora junto de Deus, e esperam que todos e todas que assumem as causas da CPT se inspirem no exemplo desta santa e corajosa mulher. Santa Alberta, roga pela CPT, pelo MST, com quem você tanto conviveu, pelos Sem-Terra, pelo povo da rua, pelas crianças abandonadas por este nosso Brasil, neste momento de trevas”.

Já o MST destacou, em Nota, que irmã Alberta sempre foi “guerreira, humilde e inteligente, destacava-se pela capacidade de interpretar a realidade e dizer com simplicidade ao povo que era preciso transformá-la. No MST, Irmã Alberta participou ativamente de muitas ocupa-

ções de terra, sendo homenageada em diversos espaços e emprestando seu nome à Comuna da Terra Irmã Alberta, localizada na cidade de São Paulo. Dedicada também aos estudos, era leitora de Marx e Gramsci e considerava as obras muito atuais para a realidade da classe trabalhadora, sempre fazendo correspondência entre as lutas sociais, a política e a fé. Para Irmã Alberta o trabalho de base e a organização do povo para a luta eram as formas de alcançar a justiça social que Jesus pregava. ‘Belíssimos, não parem nunca de lutar’, assim como ela falava sobre a luta do MST. Seguimos seu sonho Irmã, na firmeza dos seus passos e mãos sempre dispostas para ajudar; na ternura do seu abraço; na paciência de ouvir, mas também na ousadia de tomar a palavra e profetizar, calando a boca dos poderosos, fazendo tremer as estruturas de dominação e rompendo todos os latifúndios”.

VALE DE LAMA

Crime da Vale em Brumadinho (MG) contabiliza mais de uma centena de mortes

Em articulação conjunta, CPT e CPP iniciaram trabalho para verificar impacto do rompimento da Barragem 1, em Brumadinho (MG).

MÁRIO MANZI*

Presentes em Brumadinho (MG) logo após o crime ambiental que já contabiliza mais de uma centena de vítimas, agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) iniciaram o trabalho de atenção às comunidades atingidas pelo mar de lama tóxica proveniente do rompimento da Barragem da Mina do Feijão. Desde o dia 25 de janeiro, uma sexta-feira, a corrente de fluidos tóxicos se espalha pelo Rio Paraopeba, a caminho das águas do Rio São Francisco. Sob responsabilidade da mineradora Vale, a barragem lançou rejeitos sobre a própria sede, que ficava abaixo da jusante da barragem. O volume de 50 milhões de metros cúbicos se espalhou rapidamente pela região, tendo alcançado as sirenes de aviso de rompimento, uma das primeiras estruturas atingidas, que, por isso, não soaram, o que impediu que muitas vítimas fossem avisadas a tempo.

Coordenador da Pastoral da Terra, Paulo César Moreira visitou a localidade três dias após a ruptura da barragem. Conforme descreveu, a comunidade atingida já havia alertado sobre a possibilidade de rompimento, “segundo a população é algo extremamente revoltante, porque há anos vêm os alertas, os laudos que dizem os riscos que corriam. É uma tragédia anunciada que nos coloca numa situação de barbárie causada por uma empresa que lucra tanto, mas trata a vida humana de uma forma tão pequena”.

Frei Rodrigo Peret, da articulação Igrejas e Mineração, do Grupo de Trabalho de Mineração da CNBB e integrante da CPT em Minas Gerais, também esteve na região do rompimento da barragem da mineradora Vale. Comovido pelo cenário de destruição, o frei também relatou a situação de mazela causada por mais este crime socioambiental da mineradora Vale. “Vocês podem imaginar a irresponsabilidade muito grande que é colocar abaixo à jusante de uma represa todas as instalações de uma empresa. Isso

significa que a vida humana tem um valor muito pequeno. O minério e a sede do lucro são muito maiores. A água já chegou contaminada e poluída ao Rio Paraopeba, esse rio é um grande afluente do Rio São Francisco. Já foi destruída a Bacia do Rio Doce, e agora a Bacia do Rio São Francisco. Nós vivemos em um estado de exceção no qual os territórios vivem sob domínio das grandes corporações”.

Articulação Pastoral

Reunidos em ação conjunta pelo Rio Paraopeba, a CPT e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) iniciaram avaliação *in loco* para dimensionar a extensão da tragédia de Brumadinho e o impacto que esta pode ter no Rio São Francisco. Na ocasião, os/as agentes registraram o estado do Rio Paraopeba contaminado pela lama da mineradora. Como o Paraopeba é afluente do Rio São Francisco, a preocupação dos/as agentes é com a dimensão do impacto do vazamento da lama no Velho Chico. A viagem itinerante foi iniciada no dia 30 de janeiro com o intuito de chegar até a foz do Rio Paraopeba, já próximo do Rio São Francisco.

Uma das preocupações dos/as participantes da missão é como o vazamento pode afetar o São Francisco. Segundo previsões, a água contaminada do Paraopeba deve atingir o Velho Chico por volta do dia 15 de fevereiro. “Ainda não tivemos acesso a nenhum estudo técnico que nos mostre em que situação ela está chegando”, informou a agente do CPP, Irmã Neusa Francisco. Ela também demonstrou a preocupação que há entre os pescadores e pescadoras artesanais do Velho Chico, acompanhados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. “Tudo indica que o Rio São Francisco já está sendo penalizado com mais esse crime e os pescadores estão aflitos. O CPP está aflito junto, porque sabemos que é mais



Foto: Andressa Zumpano

uma tragédia que esse crime traz para a pesca artesanal”.

Em texto intitulado “Brumadinho é Velho Chico”, Roberto Malvezzi, o Gogó, colaborador da CPT, dá indícios do impacto que significa o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão.

Brumadinho é Velho Chico

“Em poucos dias as águas vermelhas de Brumadinho chegarão à barragem de Três Marias, mesmo que fiquem contidas por algum tempo nas barragens intermediárias. Com as chuvas, é questão de tempo.

Virão juntos todos os contaminantes de metais pesados – cobre, manganês, zinco, cromo, cobalto, níquel, chumbo – que se espalharão pela calha do Velho Chico, por cerca de dois mil km, passando aqui entre Juazeiro e Petrolina, até chegar ao mar entre Sergipe e Alagoas. São 15 milhões de pessoas, espalhadas por inúmeros municípios, ao longo de cinco estados. Agora temos que somar os paraibanos da região de Campina Grande que também bebem dessa água.”

Prisões

No dia 29 de janeiro foram presos cinco engenheiros em São Paulo e em Minas Gerais – dois deles da prestadora de serviços da Vale, a empresa alemã TÜV SÜD. À ocasião, representantes da empresa alegaram que a Vale não tem responsabilidade no crime, no entanto, a polícia e o Ministério Público investigam se foram fraudados os documentos técnicos que atestavam a segurança da barragem 1, em Brumadinho. Os engenheiros foram soltos pouco mais de uma semana depois.

A organização católica Misereor, baseada na Alemanha, cobrou explicações da TÜV SÜD sobre o processo de certificação emitido pela empresa, que atestava a estabilidade da barragem rompida. Armin Paasch, porta-voz de economia e direitos humanos da Misereor, reivindicou uma investigação independente do crime em questão, cobrando eventual participação da TÜV SÜD nas indenizações para as vítimas. Ao lembrar que metade do minério de Ferro consumido pela indústria alemã tem origem no Brasil, Paasch declarou que as indústrias automotiva e metalúrgica da Alemanha possuem corresponsabilidade pelo respeito aos direitos humanos, enquanto importadora de matérias primas.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. Matéria feita a partir de informações do CPP, Brasil de Fato e DW Brasil.

ASSASSINATOS NO CAMPO

Colniza (MT) registra o primeiro assassinato de 2019 em conflito de terra

Essa é a primeira morte registrada pela CPT em 2019 por conflitos agrários. Ataque deixou ainda nove feridos, sendo três em estado grave.

CRISTIANE PASSOS*

O trabalhador rural identificado como Eliseu Queres foi assassinado na madrugada do dia 5 de janeiro, dentro da Fazenda Agropecuária Bauru, conhecida como Fazenda Magali, no município de Colniza, no Mato Grosso. Esse foi o primeiro assassinato registrado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2019, por conflitos no campo. Uma tragédia anunciada e denunciada pelo Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT-MT) e pela CPT no estado, no dia 1º de novembro de 2018. Em Nota Pública, as entidades alertavam para o eminente conflito na região onde 200 famílias reivindicam o direito à terra e viviam sob a mira de cerca de 30 pistoleiros.

“Das quase 200 famílias que lá estão sob a mira dos pistoleiros na Fazenda Agropecuária Bauru, algumas são posseiras, outras compraram o direito de estar na terra, e já moram em seus lotes há algum tempo [...]. Não podemos deixar que mais um massacre aconteça, que mais uma violência aconteça a estas pessoas que já nasceram vulneráveis e que, por sua condição de pobreza, já nasceram em estado de exceção”, denunciaram as entidades em Nota.

De acordo com reportagem publicada pela Agência Pública, Eliseu dividia sua moradia com o irmão, Enoque Queres, na estrada que beira a fazenda, local onde vivem inúmeras pessoas atualmente, após as 200 famílias serem despejadas, devido a um mandado emitido pela juíza da Vara Agrária de Cuiabá, no ano passado.

“Meu irmão era simples. Trabalhava em construção. Não tinha maldade nenhuma. Era tranquilo, com um coração enorme, cheio de amigos. Foi covardia o que fizeram com ele. Não tinha motivo para atirar, não tinha ninguém armado”, lembra Enoque. Ainda segundo Enoque, o grupo estava pegando água no Rio Traíra que corta a fazenda, único lugar possível de se obter água para os que vivem

na estrada. Foi nesse momento que os seguranças renderam dois deles. “Meu irmão foi com outras pessoas tentar conversar e pedir para que soltassem eles, eu continuei caminhando com o restante do pessoal e de repente começaram os tiros. Infelizmente, quando eu pude me aproximar meu irmão já estava morto”, conta.

mais alto índice de homicídios do Brasil. O motivo das mortes? Conflitos gerados por questões agrárias, exploração de madeira e minérios.

No dia 19 de abril de 2017, nove trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados no Projeto de Assentamento Taquaruçu do Norte, em Colniza. Muitos

filhos e da esposa de Riva. A empresa está sendo processada pela antiga proprietária por não pagar as últimas duas parcelas referente à compra do terreno, no valor de R\$ 4,2 milhões cada uma. No ano passado, Magali pediu a rescisão do contrato e a reintegração de posse da propriedade, além de pedido de pagamento de multas no valor de R\$ 3 milhões, o que foi negado pela Justiça.

A fazenda foi citada em delação premiada do ex-governador do MT Silval Barbosa, após ser preso, em 2015, por desvio de dinheiro público durante a Operação Sodomá, deflagrada pela Polícia Civil. De acordo com seu depoimento, Riva o procurou em 2012, e, conforme combinado, 50% da propriedade seria comprada em nome de Eduardo Pacheco, primo e cunhado de Silval, que desistiu do negócio. Com isso, conforme publicado pelo Grupo Gazeta, os registros ficaram em nome da empresa Floresta Viva, e Silval seguiu como sócio oculto com um investimento de R\$ 5,1 milhões, dinheiro proveniente de propina cobrada em incentivos fiscais para

refrigeríficos. Riva responde a mais de 100 processos e é conhecido como um dos políticos mais corruptos do país, conforme noticiou O Globo.

Em Nota Pública divulgada após o assassinato de Eliseu, a CPT Mato Grosso e o FDHT reiteraram a denúncia de que “a área do conflito, conhecida como Fazenda Magali, se encontra em uma grande gleba de terras da UNIÃO (que as famílias já solicitaram a arrecadação para ser destinada à reforma agrária). Há alguns meses vários trabalhadores foram ameaçados, pelo próprio ex-deputado, pelos capangas fortemente armados que ele colocou na fazenda, e que diuturnamente ameaçavam as famílias no acampamento, efetuando disparos de armas de grosso calibre, inclusive fuzis, e fogos de artifícios, na intenção de incendiar os barracos”.



Foto: Caio Mota

Testemunhas afirmaram que os posseiros estavam desarmados. A Polícia Civil encontrou apenas fragmentos de balas das armas usadas pelos seguranças. De acordo com o órgão, as pessoas estavam alojadas a cerca de 5 quilômetros dos limites da propriedade e na ocasião do conflito estavam em uma estrada de chão que corta a fazenda. “No sábado (5), quatro seguranças foram autuados por um homicídio e nove tentativas. Eles foram liberados após decisão judicial na noite de domingo (6)”, afirmou a PC, via assessoria de imprensa.

Colniza

A Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) divulgou um estudo, em 2004, que apontava Colniza como a cidade mais violenta do Brasil. A cidade, que fica distante 1.200 mil quilômetros de Cuiabá, chegou a registrar 165,3 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes – o

foram surpreendidos enquanto trabalhavam na terra ou dentro de seus barracos. Foram mortos a tiros e por golpes de facão. De acordo com a perícia houve tortura. Vários corpos estavam amarrados e dois foram degolados. Esses assassinatos marcaram o início de uma série de massacres no campo em 2017. Dos 71 assassinatos registrados pela CPT em 2017, 28 ocorreram em massacres.

Os donos da terra

A Fazenda Agropecuária Bauru, conhecida como “Magali”, em homenagem a sua antiga dona Magali Pereira, vive um impasse jurídico que vai além da ocupação das terras por posseiros. Atualmente, quem responde pelo local é o ex-deputado estadual José Riva (PP), embora a compra tenha sido efetuada em nome da empresa Floresta Viva Exploração de Madeira e Terraplanagem Ltda, dos

AGROTÓXICOS

Seminário Internacional na Cidade de Goiás debate impactos socioambientais dos agrotóxicos na América Latina, Direitos Humanos e Saúde

Representantes de vários países descreveram panorama de uso de agrotóxicos na América Latina. Um dos estudos mostrados relaciona aumento do número de autismo a uso de venenos.

CRISTIANE PASSOS E
MÁRIO MANZI*

No dia 10 de dezembro, uma Conferência de Abertura realizada no Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás (GO), deu início ao I Seminário Internacional e III Nacional: Agrotóxicos, Impactos Socioambientais e Direitos Humanos. A solenidade teve a participação da prefeita da cidade, que deu as boas-vindas aos pesquisadores, aos indígenas, quilombolas, camponeses e demais forças políticas presentes. O evento seguiu até o dia 13.

A tarde do dia 11 de dezembro foi reservada à Roda de Conversa “Agrotóxicos na América Latina”. Realizada no auditório da Universidade Estadual de Goiás – Regional Cidade de Goiás, a mesa contou com falas que reforçaram os crimes cometidos na repressão e criminalização da luta dos povos, reafirmando, contudo, a resistência. Carla Hoinkes, da organização suíça Public Eye, fez uma comparação entre as realidades do país europeu e do Brasil. “Temos uma agricultura que prioriza a agricultura familiar. A maior fazenda do país possui 200 hectares e estamos na construção de políticas públicas para que proíbam totalmente o uso de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, a Suíça é o país que mais possui empresas multinacionais do mundo”.

Marianella Irigoyen, advogada especialista em Direito Ambiental, do Equador, falou sobre o ciclo dos agrotóxicos na vida dos latino-americanos. “A América Latina é agrobiodiversidade, é cultura, é diversidade, é riqueza de sementes, de mulheres, de homens, temos que partir primeiro dessa ideia”. A advogada associa o aumento do consumo de agrotóxicos à entrada de alimentos transgênicos no país. Aline do Monte Gurgel, pesquisadora da Fiocruz e membro da Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e Pela Vida, falou da importância da campanha, que tem, entre os objetivos, explicitar as contradições do modelo do agronegócio. Javier Albea, médico do Movimento Ciência Cidadã (UCCSNAL), Argentina, informou que “cientistas comprometidos [com a realidade dos agrotóxicos] sempre fizeram críticas ao capitalismo, e se envolveram com a defesa da vida, incorpo-



Foto: CPT Nacional

rando-se aos movimentos sociais e outros atores sociais”.

Vandana Shiva envia mensagem aos participantes do Seminário

A Roda de Conversa “Agrotóxicos, saúde, impactos socioambientais e direitos humanos” teve como mediadora a aluna do Pronera na turma Fidel Castro de Direito Agrário, Ariana Nunes. A ativista indiana Vandana Shiva, que participaria do Seminário, enviou um vídeo explicando o motivo da ausência. Na mensagem, ela demonstrou solidariedade à luta contra os agrotóxicos na América Latina e explicou um pouco sobre sua trajetória de resistência, iniciada no ano de 1984.

Iniciada a Roda de Conversa, Karen Friedrich, membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), comentou a organização do dossiê Abrasco, realizado com vários pesquisadores e organizações presentes no Seminário. Sobre a tentativa de barrar a lei ruralista chamada de “Pacote do Veneno”, Friedrich informou que foram realizados vários debates sobre o Projeto de Lei em questão. Fernando Bejarano contestou o discurso da indústria de agrotóxicos no que tange o manuseio de pesticidas e que não basta colocar uma vestimenta específica para a proteção quando da aplicação do produto.

Conforme explicou, nos 30 anos de políticas neoliberais aos quais o México esteve submetido, o objetivo sempre foi a mercadoria, “a preocupação maior é com a mercadoria do que com as pessoas”.

Raul Horácio Lucero, da Universidad Nacional del Nordeste (Argentina), falou sobre os pesticidas e os impactos na saúde humana. Ao mostrar vários dados de más-formações provenientes da exposição a pesticidas, Lucero comentou um dos estudos apresentados, que aponta que uma das causas do número cada vez mais alto de autismo pode decorrer da exposição a agrotóxicos. Ao fim, foi enfático “Precisamos pensar que pátria estamos deixando para as futuras gerações”.

A reunião de Grupos de Trabalho destinou a manhã do dia 12 de dezembro à discussão e posteriormente, na parte da tarde, a encaminhamentos acerca dos temas específicos aos quais os grupos se dedicaram, sendo eles Agrotóxicos, transgênicos e impactos sobre a saúde; Agrotóxicos: marco legal e estratégias de enfrentamento jurídico; Impactos ambientais dos agrotóxicos, transgênicos e das novas biotecnologias e direitos da natureza; Políticas públicas e articulações na luta contra os agrotóxicos e transgênicos; Populações atingidas pelos agrotóxicos, estratégias de resistência e direito humano à agroecologia; Lutas e estratégias de comunicação no enfrentamento aos agrotóxicos e anúncio da agroecologia.

Banquetaço

Apesar da falta de energia decorrente de uma forte chuva na cidade, o Banquetaço foi realizado à luz de velas. A iniciativa reuniu Chefs de Cozinha que produziram, a partir de alimentos da região, um jantar gratuito e aberto a 600 pessoas. Realizado pelo Coletivo Banquetaço, a ação defende a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA) e é um argumento pró-segurança alimentar iniciado no ano de 2017, em decorrência do fornecimento da “Farinata” aos estudantes da rede municipal de educação do Estado de São Paulo durante a gestão de João Dória. Precedendo o momento, ao lado dos colegas Bel Coelho e o goiano Humberto Marra, a chef Tainá Marajoara apresentou os motivos da iniciativa e lembrou que muitas pessoas morreram e morrem para produzir alimentos livres de agrotóxicos. Ela ressaltou ainda que comunidades acabam sendo expulsas de seus territórios por defenderem uma produção diversa de alimentos saudáveis.

Lançamento de publicações

Na manhã do último dia do Seminário foi realizada uma rodada de lançamentos de publicações. A CPT, representada pela coordenadora nacional da entidade, Isolete Wichinieski, fez uma exposição da sua publicação anual, Conflitos no Campo Brasil 2017, lançada nacionalmente em abril de 2018. A atividade contou, ainda, com o lançamento de outras publicações como o livro “Apaixonado por Justiça”, sobre a vida do frei dominicano e advogado da CPT em Xinguara, Henri des Roziers; o “Atlas do Agronegócio”, organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo; o livro “Agrotóxicos e Agroecologia”, organizado por Murilo Mendonça e Cléber Folgado, da Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e pela Vida; o relatório “Vidas em Luta”, organizado pelo Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, entre outras publicações.

A Articulação das Juventudes do C

Cerca de cem jovens, vindos de todos os estados do bioma Cerrado, participaram, em Hidrolândia (GO), entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2018, do 1º Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado. O evento foi promovido pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, e teve como objetivo articular e valorizar os saberes dessas juventudes.

**THAYS PUZZI E
ELVIS MARQUES***

O verde da natureza, que hora se transforma em campo de futebol, outrora em áreas de lazer e descanso, a água corrente que enche a piscina, se misturam com a vida, as cores, os costumes e as diversidades trazidas por cerca de cem jovens vindos de todos os cantos do Cerrado. Para quê? Contar suas histórias, trocar experiências e tecer laços de força e luta por um Cerrado vivo e de pé.

O primeiro dia do Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado reforçou o sentimento de pertença dessas e desses jovens. Quanto mais conhecem e se conectam com a própria história, mais se empoderam em defesa das vidas, comunidades e tradições.

Um dos caminhos para que esse pertencimento aconteça é a aproximação das juventudes com as pessoas mais velhas. Se uma comunidade secular resiste até os dias de hoje é porque alguém, antes, persistiu. São nos processos de escuta,



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

trocas e aprendizados, principalmente com a ancestralidade, que as raízes são fortalecidas e se tornam mais profundas e resistentes.

Os desafios ainda são muitos. A permanência da e do jovem no campo talvez seja o principal deles. A dificuldade de acesso à educação e geração de renda faz com que muitas e muitos jovens saiam de seus territórios para arriscar o início de uma vida adulta nas cidades. O problema é que, muitas vezes, as realidades desses centros não

dialogam com a cultura e os modos de vida no campo.

E o que as e os jovens do Cerrado querem?

Querem escolas no e do campo. Querem oportunidades de geração de renda em seus espaços de origem. Querem viver suas culturas e a liberdade de suas diversidades.

Nesta perspectiva, três experiências apresentadas pelos próprios jovens mostraram que, apesar dos constantes desafios, é possível permanecer e pertencer à terra e ao território onde nasceram e criaram suas raízes.

Railson Borges, do Piauí, lembrou que a educação precisa ser emancipatória e voltada para as realidades de cada povo. As escolas das cidades não dialogam com os modos de vida e costumes do campo. E isso pode tornar a vida do jovem do campo nas cidades muito difícil.

Cleyton Campos e Natan José, da Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Capão Verde, no Mato Grosso, estão, aos poucos, assumindo o comando de uma agroindústria de

beneficiamento de banana que teve início a partir da organização de um grupo de mulheres. A mãe de Cleyton era uma delas e ele tinha apenas um ano de idade quando tudo começou. Hoje, ele e mais seis jovens tocam os negócios que ele diz não crescer mais por falta de interesse das juventudes da comunidade em participar.

A Juventude da Teia, uma articulação de povos e comunidades tradicionais do Maranhão, apresentou, a partir do emaranhado de culturas e diversidades, a força que brota da união desses povos.

Articulação

Esse primeiro encontro das juventudes do Cerrado dá início a uma articulação das e dos jovens que vivem no bioma. O objetivo é criar uma grande rede de formação e proteção do Cerrado, seus povos originários e tradicionais e comunidades camponesas.

Foi lindo ver cerca de cem jovens reunidos por um fim de semana inteiro debatendo e encontrando caminhos para questões que envolvem, essencialmente, a defesa do Cerrado brasileiro, seus povos originários e tradicionais, e comunidades camponesas. Foi de encher o peito de esperança. Ainda mais quando se vê jovens tão jovens, na faixa dos 14 a 20 anos, mostrando tanta força, consciência política e protagonismo da própria história.

Douglas**, de 14 anos, um dos mais novos do Encontro, disse que este foi o seu primeiro. Incentivado por um professor a participar, se tiver outro, ele disse que volta sim. Isso porque quer permanecer na comunidade pesqueira onde mora



Foto: Wellington Douglas - CPT MT

EM DEFESA DO CERRADO

Cerrado está viva, em pé e em luta!

no interior do Mato Grosso do Sul. Acha a cidade muito confusa e tumultuada. Sem saber ainda qual caminho seguir na Universidade, lugar onde pretende estar no futuro, ele já lamenta o fato de ter de ir para a capital do estado, caso ele consiga uma vaga para estudar. Neste ano de 2019 ele ingressa no Ensino Médio e, como nos anos anteriores, permanecerá na escola da sua comunidade. Douglas viu que as escolas no campo do Brasil vêm sendo, sistematicamente, fechadas. Somente no Piauí, mais de 300 escolas encerraram suas atividades nos últimos anos. E ele está preocupado com isso.

Foram três dias de muita troca e aprendizados em Hidrolândia (GO). Muitas danças, poesias, cores, sabores e formação. O primeiro Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado, promovido pela Campa-

nha Nacional em Defesa do Cerrado, também foi o primeiro passo dado para fortalecer e unir a ousadia jovem dos quatro cantos do bioma em defesa de um Cerrado vivo e em pé.

Temas como comunicação popular, educação no e do campo, gênero e sexualidade, feminismo e águas do Cerrado foram os guias dos trabalhos que, feitos sempre em grupos, expuseram os maiores desafios enfrentados por essas e esses jovens que, assim como muitos dos que nascem e vivem nas cidades, querem ter o direito e as condições necessárias para permanecerem e fincarem suas raízes no campo.

Todo esse processo de construção e realização do 1º Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado resultou em uma carta coletiva que traz os anseios, desafios e sonhos dessa juventude.

Confira alguns trechos da Carta Final do 1º Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado:

A Articulação das Juventudes do Cerrado está viva, em pé e em luta!

*“Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou”*

Somos milhares. Reunidos em Hidrolândia, Goiás, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2018, representando todos os estados do Cerrado brasileiro, somos diversos. As Juventudes do Cerrado são preta, indígena, quilombola, feminista, camponesa, sem terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco, pescadora, vazanteira, LGBTQ+, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha, extrativista e tantas outras múltiplas identidades que viemos aqui reforçar. A riqueza da nossa diversidade é também nossa fortaleza na construção de uma unidade disposta à conservação dos nossos territórios e modos de vida. Nossos passos vêm de longe. Fortalecemos a nossa resistência também valorizando os saberes das nossas ancestralidades, usando-os para inspirar as lutas que virão. Nesse sentido, somos sujeitos políticos que querem ser ouvidos pelos movimentos e organizações sociais como uma força política consciente de que projeto de Cerrado brasileiro queremos construir, e que estamos construindo.

Repudiamos a forma como somos retratados também pela mídia tradicional que insiste em criminalizar nossa resistência, ou apresenta nossos modos de vida sempre como ultrapassados e/ou miseráveis. Lutamos pela democratização da mídia, e mais, pelo fortalecimento dos nossos próprios canais de comunicação popular.

Denunciamos o MATOPIBA como um projeto de morte para o Cerrado brasileiro, para nossas águas, nossos territórios, nossos rios, nossas florestas, nossos solos e nossa gente. O avanço predatório sobre nossos territórios tem aumentado a violência no campo.

Nós queremos permanecer em

nossa terra e conservar o nosso Cerrado. Nossa luta por permanência é também uma batalha por uma Educação do e no Campo. A Educação do Campo é uma política pública para a organização do conhecimento dos povos do campo. Denunciamos aqui o criminoso processo de fechamento das escolas do campo no país. Apenas no estado do Piauí, 317 escolas foram fechadas nos últimos anos.

Somos também contra o projeto da Escola Sem Partido, porque queremos um ensino libertador, descolonizador e contextualizado, que dialogue com nossas realidades.

Somos contra todos os processos de privatização das águas. Nós somos o presente e o futuro dos povos do Cerrado e é a manutenção dos nossos modos de vida que será capaz de garantir a conservação das nossas riquezas naturais.

A luta pela construção de um mundo mais justo, popular, solidário e igualitário precisa estar necessariamente conectada com a valorização e respeito das mulheres. Precisamos lutar, seja enquanto jovens mulheres protagonistas dessa luta, ou enquanto homens aliados e apoiadores desse processo, contra todas as formas de violência contra a mulher em nossos territórios, bem como de negação das nossas liberdades ou prisão da nossa sexualidade.

Para nós, é inadmissível que um dos entraves para permanência da nossa juventude no campo também seja a LGBTfobia que discrimina, mata, e violenta psicologicamente tantos e tantas de nós. É tempo de romper as barreiras do desamor e abrir espaço para posturas inclusivas dentro e fora dos movimentos, acolhendo as pessoas LGBTQ+, compreendendo suas lutas e sabendo que elas também são parte de um Cerrado livre e para todos e todas.

**Assessora de Comunicação da Rede Cerrado / Setor de Comunicação da CPT Nacional – Ambos integrantes do Coletivo de Comunicação do Cerrado
** Nome fictício para preservar a identidade do jovem*

“É muito necessário que os homens sejam feministas, no grupo do feminismo só tinham dois meninos. Homens e mulheres precisam ser feministas, dar as mãos e lutar lado a lado contra o patriarcado” – **Thaina Regina (MS)** sobre a Plenária que debateu o Feminismo no Encontro

“Trouxemos a experiência de recuperação das nascentes, mas temos o caso da Comunidade Melancias, que o veneno polui o rio, e a comunidade não consegue consumir a água. A comunidade tem denunciado as ameaças do fazendeiro e o desmatamento que ele faz na nascente. O agronegócio trouxe para a região o assoreamento dos rios. O agronegócio é cruel na apropriação dos recursos naturais” – **Franzé Rocha (PI)**

“Estou na divisa do Cerrado e com a Amazônia. A bacia do Guaporé nasce no Cerrado, mas desce para a Amazônia, e temos tido um grande problema com o assoreamento e enchentes, pois a água que entrava no solo não entra mais e corre para os rios. A quantidade de peixes morrendo no Rio Guaporé é enorme. Falaram que é um fator natural, mas foi o veneno que pegou no solo e escorreu para o rio. As outorgas estão sendo liberadas em grande escala em nossa região para irrigação” – **Roberto Barros (RO)**

“Lá em nossa região tem duas unidades da [Fazenda] Igarashi e dois rios já secaram. Além da destruição do Cerrado, envenenamento dos rios e nascentes e a exploração do trabalho, muita gente teve a carga de trabalho aumentada e o salário diminuído e totalmente desrespeitado no trabalho. Tem também muitos assentamentos arrendando suas terras para os fazendeiros da soja” – **Gleciane Cezário (GO)**

ARTICULAÇÃO DAS CPT's DO CERRADO

CPT lança produções sobre o Cerrado em São Luís (MA)

Revista Cerrados e documentário "Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades" foram lançados no Sindicato dos Bancários do Maranhão, na capital São Luís, no dia 29 de janeiro. Agora, as produções também serão apresentadas ao público em eventos promovidos pelos Regionais da CPT em outros estados.

ELVIS MARQUES*

Em São Luís, no Maranhão, o evento contou com a participação de cerca de 70 pessoas, entre membros de movimentos e organizações populares, Pastorais Sociais e do Campo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e representantes de comunidades, como os indígenas Tremembé do Engenho. E para comentar o conteúdo da revista e do documentário, a CPT convidou Diana Aguiar, assessora da Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Maurício Correia, da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais no Estado da Bahia (AATR); Emília Carla, do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom); Maciel Souza, da Comunidade Forquilha, situada no município de Benedito Leite (MA), além de Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da Pastoral da Terra.

“Os Cerrados, no plural, é a maneira mais adequada para se referir a um dos ecossistemas mais ricos do mundo e fundamentais não somente para quem vive nesse território, mas também para as populações de outras regiões brasileiras e da América Latina”, contextualiza, na apresentação da Revista Cerrados, a coordenação da Articulação das CPT's do Cerrado, projeto da Comissão Pastoral da Terra que reúne os seus Regionais presentes neste bioma.

Escolhido para o lançamento das produções, o Maranhão é um estado emblemático, onde os dois maiores biomas do Brasil se encontram: o Cerrado e a Amazônia. E essa convergência entre os biomas resulta em uma riqueza cultural, de povos e comunidades, e de fauna e flora. Entretanto, essa unidade da federação é, também, palco de graves conflitos socioambientais, seja no campo ou nas cidades. Além disso, a capital maranhense, apesar de não estar situada no Cerrado, é um ponto estratégico para o escoamento de *commodities* (mercadorias) agrícolas produzidas no bioma.

Em suas análises na Revista Cerra-



Foto: Elvis Marques



Foto: Elvis Marques

dos, Altair Sales, Maurício Correia, Diana Aguiar, Samuel Britto, Marcela Vecchione, Fábio Pitta e Maria Luisa Mendonça evidenciam as ameaças de uma expansão desenfreada do capital nacional e internacional sobre os modos de vida dos povos e comunidades do Cerrado. Uma ofensiva que se dá em diversos níveis, tais como: a violência física, as ameaças de morte, a destruição de bens, a grilagem de terras e das águas, as contaminações do solo, das águas e das pessoas por meio dos agrotóxicos, o desmatamento, e a pressão por flexibilização de direitos territoriais e ambientais.

“A Revista Cerrados e o documentário ‘Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades’ são instrumentos que contribuem para a leitura da realidade do Cerrado hoje. Também para que a sociedade possa melhor conhecer esse importante bioma para o Brasil e para a América do Sul. Além de ser uma ferramenta de resistência para os povos e comunidades tradicionais que têm se empenhado na defesa do Cerrado”, afirma Isolete Wichinieski.

A publicação analisa ainda a expansão do agro e hidronegócio na região denominada pelo governo federal de MATOPIBA (que engloba áreas de Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e a relação com outras Savanas na África e na América do Sul, como modelo de “desenvolvimento” a ser implementado em outras localidades. Todavia, em contraponto a esse cenário conflituoso, a publicação mostra a auto-

-organização e as resistências dos povos dos Cerrados na defesa de seus territórios, dos bens comuns e a construção contínua do Bem Viver.

Instrumentos de formação

Complementar à revista, o documentário “Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades”, como o próprio nome sugere, retrata parte da diversidade dos Cerrados que está presente em cada rosto dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, vazanteiros e tantos outros. As imagens deste vídeo foram captadas por Thomas Bauer, agente da CPT na Bahia, durante o Encontro dos Povos do Cerrado no município de Correntina, no oeste baiano.

Maciel Souza, presente no lançamento da revista e do documentário, tratou, em sua fala, sobre a resistência e a defesa do território onde vive, a Comunidade Forquilha, próxima ao Rio Parnaíba e fronteira com o Piauí, no sul do Maranhão. Nessa localidade, por muito tempo, os moradores e as moradoras viveram de forma tranquila, criavam animais e cultivavam roças. Já a partir de 2005, a comunidade soube de um processo de especulação das terras e da possibilidade de construção de uma usina hidrelétrica. Em 2014, o conflito na Forquilha se agravou – pistoleiros e grileiros, além de sempre

rondar a comunidade, também passam a atacar as pessoas.

“A partir daí a comunidade passa por um processo de se auto reconhecer como sertaneja. Reconhecida, a comunidade percebeu que tinha que permanecer e resistir naquele território”, explica Maciel. Segundo ele, chegar até essa identidade fortaleceu as famílias para que possam enfrentar hoje, por exemplo, as recorrentes ameaças de despejo.

Fatos como esses narrados por Maciel se somam a inúmeros outros, tanto na Revista Cerrados quanto no documentário “Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades”. Para a Articulação das CPT's dos Cerrados, esses materiais têm como objetivo ser instrumentos de luta, resistência e formação para os/as agentes de pastoral e para os povos e comunidades do Cerrado.

A Revista Cerrados pode ser adquirida no site da CPT: www.cpt-nacional.org.br/loja ou nos Regionais da Pastoral da Terra presentes no bioma Cerrado

E o documentário “Cerrado: Rostos, Vidas e Identidades” pode ser acessado em nosso canal no youtube (Comissão Pastoral da Terra CPT Nacional) e na página no Facebook @CPTNacional

TRABALHO ESCRAVO

Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e atualização da Lista Suja

A Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo ocorre especialmente como ato de manifestação e sensibilização nesse enfrentamento. A data foi oficializada em 2009 em memória aos três auditores fiscais do Trabalho, juntamente com o motorista, assassinados em 28 de janeiro de 2004 durante inspeção para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG). Também em janeiro foi divulgada a atualização mais recente da Lista Suja do Trabalho Escravo, com 202 nomes de empregadores flagrados explorando trabalhadores e trabalhadoras.

CRISTIANE PASSOS*

No dia 28 de janeiro, diversas atividades são organizadas pela sociedade civil e poder público no Brasil para provocar reflexões, manifestações e informações sobre o problema do trabalho escravo no Brasil e mobilizar a sociedade para sua erradicação. Assim a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacionalmente fortalece sua campanha preventiva “De Olho Aberto para Não Virar Escravo” através do Programa Rede de Ação Integrada para combater a Escravidão (RAICE).

A CPT no Maranhão vem desenvolvendo ações do programa nos municípios de Codó e Timbiras, visando integrar as comunidades na troca de experiências, vivências e saberes, entre os diversos agentes sociais representados pelas mulheres, jovens e homens provindos dos territórios atendidos, ou não, pelo projeto. Nos dias 28 e 29 de janeiro, em Timbiras, e nos dias 30 e 31, em Codó, foram realizadas caminhada e panfletagem em bairros, além de partilhas de experiências e memória de trabalhadores e trabalhadoras sobreviventes do trabalho escravo, quilombolas, quebradeiras de coco, camponeses e outros.

Em Minas Gerais foi realizada a 33ª Missão do/a Migrante na Paróquia Santa Cruz em Chapada do Norte. A semana de missões aconteceu entre os dias 26 de janeiro e 02 de fevereiro, com um olhar mais atento às mulheres. Na região foram encontradas várias situações: mulheres que migram com toda a família para trabalhar; mulheres que migram e deixam os filhos; mulheres que ficam nas comunidades e são consideradas “viúvas de maridos vivos”; meninas e mulheres que vão para as cidades trabalhar nas “casas de famílias” em troca de comida, teto, enfim... são vulneráveis a todos os tipos de violência e foi um momento para dar visibilidade e discutir sobre isso com as comunidades.

Já no Sudeste do Pará foi realizada uma caminhada pelas ruas do município de Itupiranga com a participação de instituições públicas locais e outras organizações da sociedade civil. Durante o trajeto, algumas paradas foram feitas, com falas sobre a realidade do trabalho escravo na região e apresentações culturais.

No Tocantins, no dia 30 de janeiro, foi realizada panfletagem no Posto da Polícia Rodoviária Federal, em Araguaína. No dia 31 foi celebrada, em Nova Olinda, a abertura da Semana Nacional

de Combate ao Trabalho Escravo. No dia 2 de fevereiro foi feita uma caminhada e panfletagem em Araguaína, e nos dias 4 e 5, houve distribuição de materiais e palestras nos postos e unidades de atendimento de saúde de Nova Olinda. Em Muricilândia, no dia 5, houve uma caminhada contra o trabalho escravo, e em Nova Olinda, nos dias 6 e 7 foram realizadas ações nas escolas, e no dia 8 também foi realizada uma caminhada para denunciar a existência dessa prática criminosa no país.

CPT participa de simpósio “Trabalho Escravo e a Dignidade Humana”



Foto: CPT Araguaia Tocantins

Realizado na cidade de São Paulo, o simpósio “Trabalho Escravo e a Dignidade Humana” também fez parte das programações decorrentes do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A iniciativa da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) reuniu representantes de organizações e instituições que atuam no combate ao trabalho escravo, como a CPT, o Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, Missão Paz, Organização Internacional do Trabalho, entre outras. Na programação, dois painéis, sendo um deles sobre os Desafios e Perspectivas no Combate ao Tra-

balho Escravo, do qual participou o agente da CPT, Xavier Plassat, e um segundo painel, que abordou a atuação da Rede de Combate ao Trabalho Escravo.

CNBB divulgou Nota Pública

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na figura de Dom Enemésio Lazzaris, bispo de Balsas (MA) e Presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano da entidade, divulgou Nota Pú-

blica sobre o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em que destacou, entre outras coisas, que “a exploração do ser humano, através do trabalho escravo, é um grave desrespeito aos direitos da pessoa humana, à sua dignidade e especialmente uma violação grave ao direito de trabalhar em condições dignas, recebendo um salário justo. [...] De 1995 a 2018, já foram libertados de trabalho escravo 50.731 trabalhadores [segundo a SIT], de um total de 52.942, encontrados nesta condição pela fiscalização do trabalho”.

Nova atualização da ‘Lista suja’

A Lista Suja com empregadores flagrados por submeter trabalhadores a condições análogas à de escravidão foi atualizada no dia 04 de janeiro desse ano e divulgada alguns dias depois, com o registro de 204 empregadores. Entretanto, entre os dias 18 e 24 de janeiro, a listagem e o site do extinto Ministério do Trabalho ficaram fora do ar. A divulgação da Lista Suja sempre foi cercada de conflitos e tensões, seja por parte do próprio Governo Federal, do seu círculo político ou, claro, dos empregadores autuados. A listagem, contudo, reapareceu no portal do Ministério do Trabalho com dois nomes a menos. A publicação da listagem é de responsabilidade da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), ligada até o fim do ano passado ao Ministério do Trabalho. Agora, a divulgação da Lista Suja passou a ser de responsabilidade do recém-criado Ministério da Economia, para onde foi transferida a área de inspeção do trabalho. Apenas em um caso, em fazenda que abrange quatro municípios no interior de Minas Gerais, foram resgatados 348 trabalhadores.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

REFORMA AGRÁRIA JÁ!

Balanço da Questão Agrária no Brasil – 2018

Em 2018, conforme dados parciais da CPT, o índice¹ de famílias despejadas foi 65% maior do que o ano anterior e os recursos financeiros destinados à Reforma Agrária e às políticas públicas para o campo chegaram ao ápice do sufocamento.

CPT NORDESTE II

2018 também foi o ano de consolidação da tendência de privatização de terras públicas e o ano em que o poder privado se sentiu autorizado a promover o terror no campo, estando envolvido em 81% dos conflitos por terra e por água. Em síntese, o ano passado foi de domínio violento do agro e hidronegócio no campo brasileiro.

Durante o governo de Michel Temer (MDB), não foram poucos os ataques aos direitos conquistados pelo povo brasileiro por meio de sua luta histórica. Atacam direitos trabalhistas, eliminaram ou reduziram investimentos em saúde, educação, cultura, esportes, políticas para minorias, entre tantas outras áreas estratégicas e primordiais para a vida de milhões de brasileiros/as. Em especial, atacaram fortemente a Reforma Agrária, a regularização de territórios quilombolas e a demarcação de Terras Indígenas.

Em tempos de golpe, assistimos ao poder Judiciário negar o cumprimento da sua única missão: a Justiça. Decisões judiciais de alto impacto passaram a ser explicitamente objetos de manipulação dos jogos de poder. O Legislativo, protagonista do golpe de 2016, mais um ano se viu reduzido a ator passivo dos interesses econômicos do mercado.

O golpe só poderia se tornar um “crime perfeito” se os seus arquitetos garantissem em 2018 a vitória do aprofundamento do projeto político que derrotou a democracia em 2016. E assim aconteceu.

Em meio a esse cenário, nós, sociedade civil, não conseguimos defender de forma eficaz, com os meios e as narrativas que dispomos, nossos direitos sociais, civis e políticos e não conseguimos evitar os riscos decorrentes dos ataques à nossa frágil democracia.

Reforma Agrária silenciada

A Reforma Agrária, direito da sociedade brasileira e obrigação do Estado, foi reduzida ao completo silêncio

em 2018. O número de novas famílias assentadas durante o governo Temer foi praticamente reduzido a zero. Por outro lado, na lógica da privatização de tudo, Temer promoveu a fragmentação e a conseqüente vulnerabilização das famílias assentadas, na medida em que implementou uma intensa política de titulação individualizada de lotes. Segundo o Incra, a titulação é o instrumento que transfere o imóvel rural ao/a beneficiário/a da Reforma Agrária em caráter definitivo.

Só em 2017, foram expedidos 26.523 Títulos de Domínio e 97.030 Contratos de Concessão de Uso, o que supera a soma dos últimos dez anos. O objetivo foi beneficiar o mercado de terras, pois muitas famílias fragilizadas podem ceder à pressão do agronegócio e venderem seus lotes. Em outras palavras: os assentamentos da Reforma Agrária, fruto exclusivamente de décadas de luta de milhares de famílias sem-terra, estão agora disponíveis à reconcentração fundiária.

Antes, só era permitido ao Incra emitir títulos às famílias assentadas quando fosse constatada a independência estrutural do assentamento. A medida, até certo ponto, impedia a transferência em larga escala de terras para o controle do capital. Agora, o Incra se transformou

em um balcão de negócios de terra, uma “imobiliária estatal”.

Outro ataque se deu em uma das áreas mais estratégicas: a dos orçamentos para as políticas de Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário que, em 2018, chegaram ao seu valor mínimo histórico. O valor destinado à obtenção de terras foi de 83,7 milhões, sendo que em 2015 esse valor foi de 800 milhões. O orçamento para a Assistência Técnica nos assentamentos também sofreu grande corte. Em 2015, o orçamento para essa área foi de 355,4 milhões, enquanto que no ano de 2018, o valor destinado foi 19,7 milhões.

Venda de Terras para estrangeiros

Uma das principais reivindicações políticas do capital no Brasil é a aprovação do Projeto de Lei (PL) que possibilita a venda de terras no país para estrangeiros. A legislação brasileira em vigor – Lei 5.709/1971 – limita a compra de terras por estrangeiros, inclusive para empresas brasileiras com controle acionário estrangeiro. Através do PL 2.289/2007, ao qual se encontram apensados outros PLs, como o de nº 4.059/2012, propõe-se a liberação quase que irrestrita da venda de imóveis

rurais a estrangeiros. O PL de 2012 foi destacado como uma das prioridades da Frente Parlamentar Agropecuária e apresentado ao então presidente Temer como uma das reivindicações prioritárias junto à bancada ruralista na negociação de apoio ao impeachment de Dilma Rousseff. O projeto encontra-se em regime de urgência para votação na Câmara.

Conflitos no campo

Em contextos de golpe, de tomada de poder por uma direita reacionária e odiosa, o latifúndio e o agro e hidronegócio encontraram as portas abertas e, com o consentimento do poder público, atuaram de forma violenta e autoritária no campo. De acordo com dados parciais da CPT, 81% dos conflitos pela terra e pela água tiveram o envolvimento do poder privado, sob a conivência do poder público.

Nesse cenário, os principais alvos da violência foram as diversas categorias de povos e comunidades tradicionais, correspondendo a 64% das vítimas dos conflitos, seguidas dos trabalhadores/as sem-terra e dos assentados/as, representando 32%, e de pequenos/as proprietários, sendo estes 2% das vítimas de violência no campo, de acordo com dados parciais da CPT.

De modo geral, o projeto político e econômico em curso vem atuando estrategicamente na tomada de áreas tradicionalmente ocupadas com o intuito de se apropriar dos bens naturais, bem como da vida das populações que resistem nesses territórios. Um forte exemplo foram os dados divulgados recentemente pelo Projeto Jornalístico Latentes, que estima que existam no país 4.536 focos de conflitos iminentes em decorrência somente da exploração mineral e que podem vitimar comunidades quilombolas, povos indígenas, e assentamento, além de unidades de conservação.

¹O índice de famílias despejadas é a relação entre o número total de famílias despejadas e o total de ocorrências de despejos.



Foto: João Zinclar



Papa Francisco se dispõe a mediar o impasse na Venezuela



Foto: Tânia Rego

O papa Francisco se colocou à disposição, no dia 5 de fevereiro, para mediar a crise política, econômica e humanitária na Venezuela. Ele disse que recebeu uma carta do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, mas ainda não leu. O pontífice lembrou ainda que, no passado, o papa João Paulo II mediou um impasse envolvendo o Chile e a Argentina. “Para que a mediação ocorra, é necessária a vontade de ambas as partes, que ambas as partes peçam”, afirmou o papa Francisco durante a viagem entre os Emirados Árabes e a Itália. O pontífice citou como exemplo quando um casal briga. “Quando as

peças vão ao padre porque há um problema entre marido e mulher, primeiro um vai. Mas ele pergunta: a outra parte quer ou não quer? Mesmo para países, essa é uma condição que deve fazê-los pensar antes de pedir facilitação ou mediação”, destacou.

Segundo o papa Francisco, a carta enviada por Maduro foi encaminhada via bolsa diplomática. “Eu não li ainda, vamos ver o que pode ser feito”. No dia anterior, 4, Maduro disse que ia pedir ao papa para contribuir para o processo de diálogo. (*Agência Brasil com informações da rádio do Vaticano*)

Buenos Aires sofre com aumento de tarifas e apagão elétrico

O governo de Macri aumentou a tarifa de energia elétrica em 2000% em 3 anos e um novo aumento está previsto para março

Os cortes de energia voltaram a afetar a rotina dos argentinos que vivem na região metropolitana de Buenos Aires. Na terça-feira, 29 de janeiro, cerca de 110 mil usuários tiveram sua energia cortada e 70 mil pessoas continuaram sem energia elétrica na quarta, 30. As principais distribuidoras de energia, Edesur e Edenor, alegam que não estão conseguindo suprir o aumento do consumo de energia por uso de ventilador e ar condicionado devido às altas temperaturas, com aproximadamente 40 graus de sensação térmica.

No entanto, o problema não é recente. Desde 2017, o país passa por inúmeros apagões. Entre março e outubro de 2017, 1,2 milhão de pessoas foram afetadas por cortes de energia. No mesmo período do ano passado, 1,4 milhão de pessoas foram afetadas pelos apagões. Apesar dos problemas enfrentados no fornecimento de energia elétrica, o valor das contas de luz na Argentina aumentou 2000% entre 2016 e 2018. E um novo aumento de 50% está previsto para março, como anuncia o governo de Mauricio Macri, da coligação Cambiemos. Uma conta de luz que custava em média 20 pesos em 2015, atualmente custa 642 pesos argentinos e deve chegar a 922 pesos em março deste ano. No mesmo período, o salário mínimo, hoje fixado em 9.500 pesos [aproximadamente R\$ 941], cresceu apenas 102%, enquanto a aposentadoria aumentou 117%.

Aumento no preço do gás

Na mesma semana em que o país enfrenta mais uma série de apagões, a Secretaria de Energia da Argentina anuncia um novo aumento no preço do gás. Segundo um comunicado do órgão publicado nessa segunda-feira (28), o botijão



Foto: Página 12

de 10 quilos passará a custar 296 pesos argentinos a partir do dia 1º de fevereiro, o que representa um aumento de 23,93%. Entre dezembro de 2015 e janeiro deste ano, o preço do produto foi de 97 a 296 pesos, o que representa um aumento de 205%. No caso do galão não regulamentado, vendido por alguns comerciantes, o preço do botijão de 10 quilos chegou a 400 pesos. Em regiões mais pobres, onde há pouco controle estatal sobre o preço do produto, com frequência a população fica sujeita a valores não regulados, embora essa imposição de preços seja ilegal.

“Tarifaço”

A população argentina vem enfrentando sucessivos aumentos nas tarifas de gás, água, energia e transporte, conhecidos popularmente como “tarifaços”, desde que Macri assumiu a presidência do país no final de 2015. O presidente argentino chega ao seu quarto e último ano de mandato enfrentando a maior inflação comercial em 27 anos e um aumento significativo da pobreza e do desemprego, após o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em junho de 2018, e as políticas de ajuste de seu governo. (*Brasil de Fato com informações de Página12*)

Direitista Nayib Bukele é eleito presidente de El Salvador no primeiro turno

Investindo em redes sociais e discurso antipolítico, vitória de Bukele encerra um período de dez anos em que o partido de esquerda Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional esteve à frente do comando de El Salvador.

O candidato do partido de direita Grande Aliança pela Unidade Nacional (Gana), Nayib Bukele, venceu no primeiro turno as eleições presidenciais de El Salvador realizadas no dia 3 de fevereiro e se tornou o novo presidente do país. Bukele alcançou 53,79% dos votos, abrindo uma diferença de mais de 21 pontos percentuais do segundo colocado, o também direitista Carlos Calleja, do tradicional partido Aliança Republicana Nacionalista (Arena).

O candidato da Arena, partido que governou o país entre os anos 1989 a 2009, alcançou 31,8% dos votos. Em terceiro lugar, o candidato do partido de esquerda FMLN, Hugo Martínez, obteve 13,9% dos votos. Com a derrota, a FMLN deixa o governo do país após dois mandatos seguidos. Na quarta posição, Josué Alvarado, postulante pela coligação “Vamos”, obteve 0,8% dos votos. Em pronun-

ciamento, Bukele afirmou que, “Hoje, ganhamos no primeiro turno e fizemos história. Somamos mais votos do que o Arena e a FMLN juntos”. Pouco após o fechamento das urnas às 17h (21h no horário de Brasília) o Tribunal Superior Eleitoral de El Salvador expediu sanções contra o candidato do Gana, Nayib Bukele.

Segundo o órgão, o político de direita violou a “lei do silêncio” pois convocou uma entrevista coletiva que foi transmitida ao vivo na qual o candidato chamava os salvadorenses a votar. De acordo com a legislação eleitoral do país, a chamada “lei do silêncio” proíbe os partidos de realizar qualquer atividade de campanha durante os quatro dias que antecedem a votação, inclusive no dia do pleito. Ainda segundo o TSE, o pronunciamento de Bukele teria configurado uma infração à “lei do silêncio”.

Nayib Bukele

Novidade dessas eleições, Nayib Bukele concorreu pela primeira vez à presidência pelo partido de direita Gana, que foi criado em 2010, e chega ao poder após 30 anos de alternância entre os partidos Arena (1989-2009) e FMLN (2009-2019). Bukele já foi filiado à FMLN e foi eleito prefeito da capital San Salvador ainda quando era filiado ao partido de esquerda, em 2015. Entretanto, em 2017, Bukele foi expulso da legenda quando foi acusado de agredir física e verbalmente a líder de uma comuna de San Salvador. Segundo a FMLN, além do presidente eleito ter agredido uma mulher, dirigiu ofensas ao partido e ao mandatário do país, Salvador Sánchez Cerén. À época, a FMLN afirmou que a expulsão de Bukele ocorreu por “realizar atos difamatórios, caluniosos e injuriosos que danificam a imagem e a honra de uma pessoa mem-

bro ou militante do partido”. O presidente eleito faz parte de uma legenda pequena e, durante campanha, faltou a debates, adotou a estratégia de se comunicar pelas redes sociais e manifestou um discurso antipolítico.

Dez anos da esquerda

A vitória de Bukele encerra um período de dez anos em que o partido de esquerda Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional esteve à frente do comando de El Salvador. Em 2009, o antigo grupo guerrilheiro que se tornou partido político em 1992 com a assinatura dos acordos de paz com o governo, elegeu Mauricio Funes para à presidência marcando um fato inédito no país. Já nas eleições presidenciais de 2014, a FMLN conseguiu eleger o antigo líder guerrilheiro Salvador Sánchez Céren. (*Opera Mundi*)

PÁGINA BÍBLICA

Que toda língua proclame que Jesus é o Senhor

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada vimos como nasceu um jeito novo de os cristãos se organizarem, que surgiu da ação de Paulo entre os não judeus. Diante da novidade de Jesus ficam completamente inúteis o templo, a lei, a raça, a circuncisão. Jesus é o Senhor, o único. Acompanhem a reflexão:

Dizer que Jesus é o Senhor tem outra consequência teológica e pastoral: Não há outro Senhor. Paulo tem um projeto de alcance mundial:

“Que todo joelho se dobre, no céu, na terra e no abismo, e que toda língua proclame que Jesus o Cristo é SENHOR para glória de Deus Pai.” (Fl 2,10-12).

Paulo não pode permanecer dentro dos limites da Judeia, nem da Palestina, nem dos judeus da dispersão. Se Jesus é o Senhor, e o Senhor de todos. Por causa deste projeto vai sofrer perseguição.

“Todos estes agem contra os decretos do imperador, porque afirmam que há outro rei, Jesus” (At 17,7).

Para Paulo, o império como tal deve ser evangelizado e não vai parar enquanto não chegar a Roma.

“Viveu ali dois anos inteiros do seu próprio trabalho, recebendo a todos os que o iam ver pregando o Reino de Deus e ensinando o que se refere ao Senhor Jesus, o Cristo, com toda liberdade, sem obstáculo” (At 28,30-31).

Esta certeza o leva a ter uma perspectiva ampla e universal:

“Já não há mais judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois vocês são todos um no Cristo Jesus” (Gl 3,28).

Desta fé nasce um projeto alternativo ao império. Paulo não ataca o império de frente, diretamente, não faz uma guerra armada. Seu trabalho é mais profundo, no nível da contra ideologia. Derruba e desmascara a ideologia imperial. É um trabalho de penetração, por dentro da cidade, por dentro do império, semeando uma proposta nova, uma ideologia subalterna: Que Kyrios é Jesus, não o Cé-



sar, da convivência é a igualdade, não a dominação, as relações econômicas são partilhadas, não acumuladas.

Há uma página muito linda do livro dos Atos que tem uma dimensão simbólica, mais que histórica: Paulo é levado prisioneiro a Roma sobre um cargueiro de trigo para o imperador. Era um cargueiro que levava o trigo produzido nas províncias até o centro do Império (cf At 27). É o domínio do mar. Paulo viaja simbolicamente no cargueiro, que passa por uma terrível tempestade a ponto de perder o rumo e serem destruídas as velas. Quatorze dias de naufrágio. No décimo quarto dia do naufrágio, Paulo reuniu todos os que estavam a bordo, tomou o pão, o partiu e o deu a comer e todos comeram. É o projeto, é o símbolo, é a lógica do grupo (cf At 27,35-36).

Depois de comer o pão, lançaram a carga de trigo ao mar e no mo-

mento em que o trigo do imperador é jogado ao mar, o grupo consegue chegar à terra e se salva (cf. At 27,38).

Havia 276 pessoas no navio, 12 vezes 23. Falta apenas um pouquinho para ser 24 vezes 12, e entregar todos os povos, todas as línguas do império nas mãos de Cristo (cf. Ar 27,27).

A igreja

Esta é a proposta revolucionária: a igreja, a assembleia. É muito bom ao ler as cartas de Paulo, substituir a palavra Igreja por sua tradução mais correta, assembleia. Poderão ver como muda a leitura. A igreja é o Cristo que continua vivo, é o CORPO DE CRISTO, do Messias, do Ungido (I Cor, 12,12-30). Somos aqueles que foram renovados pelo Espírito Santo, que fazemos as obras do Espírito de Jesus.

Igreja, assembleia é uma pro-

posta duplamente alternativa. Alternativa à Sinagoga porque não é nem rito, nem doutrina, nem moral, mas é pão partilhado, é fraternidade, é liberdade da lei. Alternativa ao império porque é a opção por uma convivência:

IGUALITÁRIA: os membros do corpo têm todos a mesma importância e dignidade, sem que um seja maior ou mais que o outro. Todos têm os mesmos direitos e deveres. Qualquer projeto de separação (fariseu = separado), ou de dominação não combina com a Igreja.

MINISTERIAL: cada um considere os outros superiores. O serviço é a característica da igreja. Cada um coloca à disposição da comunidade o que sabe fazer, para o crescimento mútuo; o que eu sou e sei é uma dádiva que devo colocar à disposição dos outros.

LEIGA: em seu duplo sentido: - sem templo e sem sacerdote, para não invalidar a cruz de Cristo. Já não necessitamos de intermediários, nem de sacrifícios, nem de altares. Na Igreja há somente uma casa, uma mesa, um pão compartilhado.

- do povo excluído, não do “demos” e sim aberto a todos, crianças, mulheres, escravos, camponeses. Os que não podiam “votar”, os que não contavam para nada, aqui têm lugar, têm tarefas, são iguais.

A fé em Jesus atua pela CARIDADE como nos diz a carta aos Gálatas 5,6. E caridade, para Paulo não é esmola, não é apenas um sentimento de afeto e de amizade, não basta nem dar a vida pelos outros. Caridade é a opção pela ECLESIA, por esta maneira alternativa de viver.

Viver aqui entre nós da mesma maneira que viveremos quando chegar a perfeição, quando vejamos face a face e não como num espelho (I Cor, 13,1-13). O império não suportará esta proposta. Depois de 20 anos começarão as perseguições aos cristãos.

EXPERIÊNCIA

Quilombolas de Rondônia conquistam título definitivo

A comunidade Quilombola de Santa Fé, localizada em Costa Marques, na margem direita do Rio Guaporé, na divisa do Brasil e da Bolívia, reúne 41 famílias e recebeu o título do território em dezembro de 2018.

JOSEP IBORRA PLANS*

Com o título de seu território tradicional, os quilombolas de Santa Fé tiveram registro coletivo em cartório de 1.452 hectares. Este é o segundo título definitivo dos quilombolas de Rondônia, onde outras seis comunidades permanecem ainda em processo de identificação territorial. Esta vitória somente foi possível pela resistência da comunidade, liderada pela matriarca dona Mafalda, e pela Associação Quilombola da Comunidade de Santa Fé, presidida por Sebastião Rodrigues Filho, assim como pela persistência do responsável do Programa Brasil Quilombola do INCRA, William Coimbra.

História da comunidade

Todo o Vale do Guaporé já tinha se convertido num espaço de libertação com o Quilombo do Piolho, liderado pela lendária Tereza de Benguela. Depois do abandono das minas de ouro de Vila Bela do Mato Grosso e da fortaleza portuguesa do Forte Príncipe da Beira, os negros e as negras da região passaram a viver em liberdade muito antes da Lei Áurea, recebendo afluência de todo o Brasil. Ainda há registros em Santa Fé no século XIX da chegada de um grande grupo de antigos escravos procedentes de uma usina de Cáceres.

A comunidade, porém, quase desapareceu em 1987, quando um deputado estadual grilou a área, com



Foto: CPT Rondônia

pistoleiros expulsando todos os residentes e queimando as casas. Conseguiram corajosa defesa na Igreja Católica do padre Paulo Verdier, pároco de Costa Marques, e do irmão dele, dom Geraldo Verdier, bispo de Guajará-Mirim, que sofreram pesadas ameaças de morte. Porém, estes conseguiram mobilizar apoio político para a comunidade e as famílias permaneceram acampadas em frente à Câmara Municipal, até recuperar parte do seu território tradicional e reconstruir as casas.

Anos mais tarde, a prefeitura dividiu a área de forma irregular em 49 lotes, estabilizando alguns moradores, porém isso deu origem a muita especulação fundiária, devido à proximidade da cidade de Costa Marques com o Rio Guaporé.

O reconhecimento como remanescente de quilombo

Este quadro começou a mudar com o reconhecimento de comunidade quilombola e o início do processo de reconhecimento do território tradicional, reivindicando “as terras do padre”, a parte que conseguiram de volta, após as famílias terem sido expulsas nos anos 1980. Assim, Santa Fé foi certificada pela Fundação Palmares em 2008,

graças ao apoio do finado Eduardo Valverde e da liderança do Zeca Lula. Logo depois foram iniciados os estudos antropológicos, encerrados com o reconhecimento do território tradicional em portaria de 30 de dezembro de 2016. No momento, quatro pessoas ainda são objeto na Justiça de processo de desinversão movido pelo INCRA.

Neste demorado processo de reconhecimento do território tradicional, a comunidade continuou perdendo terras, tendo sérias dificuldades e sofrendo muita pressão. Porém, a comunidade organizada conseguiu a chegada da energia elétrica, o transporte escolar para as crianças e estudo para os/as jovens, assim como a construção da sede da associação.

O ato de celebração do recebimento do título no dia 20 de dezembro de 2018 começou com uma missa de ação de graças presidida pelo vigário de Costa Marques, e posterior solenidade e almoço festivo, com a presença de autoridades do estado e do município, junto às famílias da comunidade. As famílias agradeceram as pessoas e instituições que apoiaram a comunidade no demorado processo, entre eles o permanente apoio da Igreja Católica.

Acompanhamento da CPT

Desde 2008 a Comissão Pastoral da Terra em Rondônia apoia o processo dessa comunidade e a organização de demais quilombolas no estado. Com a Associação Quilombola de Santa Fé, em 2017, conseguiu-se, pelo Projeto da Nova Cartografia Social, uma cartilha sobre o território da comunidade, e a intervenção da Ouvidoria Agrária Nacional e do Ministério Público Federal para dar continuidade ao processo de titulação.

Após a titulação da Comunidade de Jesus e de Santa Fé, ambas em Rondônia, outras passaram a reivindicar seus direitos territoriais, como as comunidades de Santa Cruz e de Laranjeiras, no município de Pimenteiros do Oeste; de Rolim de Moura do Guaporé e Tarumá, de Alta Floresta do

Oeste; de Pedras Negras e Santo Antônio do Guaporé, de São Francisco; e do Forte Príncipe da Beira, de Costa Marques. Certificadas pela Fundação Palmares, têm pendentes a elaboração e conclusão dos Relatórios de Identificação e Demarcação Territorial (RTID), estando todas elas situadas no Vale do Guaporé, na divisa com a Bolívia.

No contexto de retrocesso atual, o recebimento do título foi um ato inédito em Rondônia nos últimos anos, reforçado pelas decisões do Supremo Tribunal Federal em 2018 e uma decisão da Justiça Federal, apoiando o início dos trabalhos do INCRA no Forte Príncipe da Beira. Vitórias que alentam a luta pelo reconhecimento das restantes comunidades de Rondônia.



Foto: CPT Rondônia

Cultura

Foto: Eanes Silva

Assunto en-Cerrado

Não dá! Não dá mais. Basta! Cansei.
Ou lutamos pela vida, ou morreremos de uma vez.

Vejam como distorcem e a tudo eles destroem.
Para eles: ribeirinho é bandido, é vândalo, terrorista.
Mas para nós: são todos heróis.

Que mais mortes queremos ver aqui?

Já botaram tudo abaixo,
Arrancando tudo que é vivo,
Todas as plantas do Cerrado.

Acabaram com as veredas,
As nascentes não têm mais,
Extinguiram os bancos genéticos,
Desgraçaram o Gerais.

Essa é a lógica do Agronegócio
de se fazer progredir.
Executando todos aqueles
que teimaram em resistir.

Eugênio Lyra é prova disso
e de Zeca de Rosa nunca esqueceremos
E não se enganem meus amigos
com que eu estou vos dizendo
Isso aconteceu ontem,
mas ainda está valendo.
Eles nunca vão entender o que se passa no Oeste
Mas também não são daqui, nem de Cerrado eles conhecem
E, portanto, não admitem a sua parcela de culpa,
Quando ribeirinhos desesperados, desamparados, sua fazenda eles ocupam.

E não vão admitir mesmo quando toda região em ato legitimou
Porque não pode falar que foi o povo que se revoltou
Para não pegar mal para o governador
Então precisa ter cabeças a prêmio, com requintes de crueldade
Com artilharia pesada criando um estado de pânico constringendo toda cidade
Sem falar da violência escancarada nas comunidades

Porque vou logo avisando, enquanto houver ribeirinho ainda haverá de ter esperança
De uma vida mais bonita, como aquelas de crianças,
Com laços mais fortes com rio, de uma vida com muita abundância.

**Trechos do poema de Dominique Silva Faislon, morador de Correntina, oeste da Bahia. Lugar onde em 2017 o povo tomou as ruas em defesa das águas e dos territórios das comunidades. O poema foi lido na íntegra durante o 1º Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado em dezembro de 2018.*

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito na Caixa Econômica, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 648-6, agência 4520 Op. 003
informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA